

*Raízes e rumos: 25 anos de institucionalização da crítica literária feminista na pós-graduação brasileira**

Anselmo Peres Alós**

Mulher e literatura – 25 anos: raízes e rumos é um livro coletivo organizado por Cristina Stevens, professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB). Trata-se de uma coletânea de artigos e estudos dedicados a avaliar a produção intelectual e os rumos das pesquisas do Grupo de Trabalho (GT) *A mulher na literatura*, um dos mais profícuos grupos de trabalho a integrar a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Criado em 1984, juntamente com a ANPOLL, o GT *A mulher na literatura* permitiu, em certo sentido, que os pesquisadores e pesquisadoras ancorados em torno das questões de crítica literária feminista e autoria feminina legitimassem um fórum para apresentação e discussão dos resultados de seus trabalhos e esforços intelectuais, facilitando trocas e intercâmbios interinstitucionais. O volume de ensaios aqui discutido é bem mais do que uma mostra dos resultados dessas pesquisas: é também um momento de considerações acerca dos progressos, da institucionalização e da história desse grupo de pesquisa que, seguramente, é um dos principais responsáveis pela reestruturação e pelo questionamento dos cânones literários sob a perspectiva dos estudos feministas e de gênero, bem como

* Resenha de STEVENS, Cristina (org.). *Mulher e literatura – 25 anos: raízes e rumos*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. Recebida para publicação em 17 de agosto de 2012, aceita em 26 de fevereiro de 2013.

** Professor de Literaturas de língua portuguesa, teoria literária e literatura comparada no Departamento de Letras Vernáculas, no Centro de Artes e Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). anselmoperesalos@yahoo.com.br.

questionamentos sobre os cânones advindos de outras perspectivas correlatas, tais como as de raça, sexualidade e classe. Tal como afirma Susana Bornéo Funck na “Apresentação” (p.11-15) do volume:

[...] só o entrelaçamento do gênero com a raça, a classe e a sexualidade nos permite levar adiante o projeto feminista de *descolonização do saber*, projeto que passa pelo terreno da tradução cultural do sujeito autoritário e coerente das representações eurocêtricas (p.15).

Em “GT *A mulher na literatura* – 25 anos de história” (p.17-34), Constância Lima Duarte refaz a trajetória do GT desde sua fundação até o presente, identificando que o mesmo, reconhecido desde o início “como uma tendência emergente e prestigiada, revelou-se um eficaz aglutinador de pesquisadores, chegou a ser considerado o mais organizado e o que mais interesse suscitava nas reuniões da Associação” (p.18). Entre os eixos de trabalho que permearam os trabalhos do grupo até o presente, são destacados por Duarte “a preocupação com o resgate de escritoras e com o estudo de obras antigas [...], tendo em vista a revisão dos critérios normativos definidores do cânone literário” (p.19), bem como “o debate de aspectos teórico-metodológicos da crítica literária feminista, [...] impelido pela necessidade de se constituir um aparato teórico que desse conta de nossas expectativas e preocupações” (p.19). Já a pesquisadora Elódia Xavier, em “Nossos seminários: uma escalada de sucessos” (p.35-42), faz um levantamento histórico do crescimento do GT, dos encontros bianuais e das temáticas abordadas em cada um desses encontros até o presente. Elaine Campello, por sua vez, em “Literatura e gênero em foco nos grupos de pesquisa do GT *A mulher na literatura*” (p.43-62), realiza um esforço para visibilizar o número de grupos de pesquisa cadastrados no diretório do CNPq que se mostram envolvidos com o GT na ANPOLL, situando-os tanto em

termos de recortes teóricos privilegiados quanto em relação aos *corpora* mais recorrentes nos mesmos.

Se Campello sai dos liames estritos do grupo de trabalho da ANPOLL para averiguar seus reflexos nos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, Liane Schneider vai ainda mais além em seu “Programas de pós-graduação em letras: onde andará a ‘mulher’, o ‘feminismo’, o ‘gênero’?” (p.63-78). Schneider faz uma importante constatação:

[...] a questão específica de “gênero”, do “feminismo”, da “mulher” ou das “mulheres”, ao que tudo indica, já não aparece mais como um tópico independente e autossuficiente, apresentando-se como uma vertente a mais a ser trabalhada entre outras marcações ou terrenos problematizados dentro do leque das relações sociais e culturais (p.66).

Em outras palavras, o indício problemático localizado por Schneider em seu levantamento (cujo recorte é dado pelas linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação (PPG's) em Letras das universidades federais brasileiras) é o de que a presença dos estudos específicos que privilegiam gênero e feminismo como lugar epistemológico de investigação aparece sempre diluída, no campo dos estudos literários, em problematizações mais amplas envolvendo a cultura, a identidade e a representação compreendidas em sentido amplo. É mister destacar ainda que, entre as áreas de concentração dos PPG's em Letras, nenhuma traz os termos “gênero”, “mulher(es)” ou “feminismo” em seus nomes, o que causa espanto ao se confrontar a proliferação de trabalhos explicitamente calcados na teoria feminista dentro do GT *A mulher na literatura*. Ainda que não forneça uma resposta definitiva para a questão, Schneider levanta a possibilidade de que, no interior do GT, não haja a necessidade de negociação das posições teóricas feministas frente a posturas mais conservadoras e beletristas, uma realidade presente na vida acadêmica de pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam a esse campo investigativo.

O texto “O GT *A mulher na literatura: conexões interdisciplinares*” (p.79-104), de Izabel Brandão, faz um levantamento dos diálogos estabelecidos entre os núcleos interdisciplinares de estudos de gênero e o trabalho dos afiliados e afiliadas ao GT da ANPOLL. Cíntia Schwantes, por sua vez, propõe-se a analisar o impacto das orientações de mestrado e doutorado realizadas pelas integrantes do GT em seu texto “Genealogias de gênero: orientações de dissertações e teses no GT *A mulher na literatura*” (p.105-118). Tania Regina Oliveira Ramos, em “*Fazendo gênero: onde o gerúndio se faz presente*” (p.119-136), percorre a história do *Seminário internacional fazendo gênero*, iniciado em 1994, e que ocorre bianualmente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ramos elenca, em sua reflexão, o crescimento e os eixos temáticos do evento ao longo de oito edições (de 1994 a 2008, ocorrendo sempre nos anos pares). Na segunda parte do seu texto, Ramos passa a enumerar os livros publicados ao longo desses dezesseis anos, os quais são frutos do trabalho e das discussões que tiveram lugar nas diferentes edições do *Fazendo gênero*. Chama a atenção a numerosa quantidade de publicações, seja ela em capítulos de livros, volumes organizados por participantes do GT ou artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros, e o evidente caráter interdisciplinar desses estudos (caráter interdisciplinar que, aliás, será problematizado por Rita Terezinha Schmidt¹ no texto de encerramento do volume).

¹ “O que se constata [...] é uma rarefação dos estudos de literatura e da presença da área de Letras no conjunto da produção contabilizada, o que explica o fato da literatura não ter conseguido atingir um patamar médio de visibilidade no conjunto das publicações dos dois mais importantes veículos de divulgação de produção acadêmica feminista, os *Cadernos Pagu* e a *Revista Estudos Feministas* e, mais ainda, de ter perdido espaço no *Seminário internacional fazendo gênero*. Cabe destacar também certa ausência de recortes epistemológicos afinados com o campo das relações mulher, literatura e gênero na denominação das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, muito embora outros fatores, inclusive políticos, possam incidir sobre a escolha desta ou daquela denominação” (p.260).

Cristina Stevens, organizadora do volume, assina o trabalho “Publicar é um ato político: a inserção da área *Mulher e literatura* na produção teórico-crítica em estudos feministas e de gênero no Brasil” (p.137-168), no qual faz uma análise do impacto das investigações do GT no campo dos estudos literários, tomando como parâmetro a produção teórico-crítica publicada em periódicos acadêmicos nacionais. De acordo com Stevens:

Devemos estar sempre conscientes de que o fazer/saber feminista não se restringe às questões da mulher e de gênero; ele é também um empreendimento com forte motivação político-ideológica, inserido em processos históricos e sócio-culturais mais amplos. Em razão disso, a literatura, apesar de suas especificidades, mas também em função de sua natureza necessariamente fluida, sempre em processo de (re)construção, precisa estar em constante interação com as demais áreas do saber – inclusive na sua produção acadêmica, visando também a esta dimensão política *lato sensu* (p.142).

Na esteira da reflexão de Stevens (ao salientar o papel político do ato de publicar como estratégia de combate à invisibilidade da produção científica feminista na área de Letras), a autora destaca o lugar ocupado no cenário brasileiro pela Editora Mulheres, de Florianópolis, fundada pelas professoras Susana Bornéo Funck, Elvira Sponholz e Zahidé Lupinacci Muzart. Esta última assina o texto “Uma editora de fundo de quintal: a Editora Mulheres” (p.69-182), no qual recupera a história das editoras feministas em nível internacional, tais como a *Des Femmes* (França), *Un Cuarto Propio* (Chile), *Virago* e *Women’s Press* (Inglaterra), bem como as suas próprias memórias do trabalho como editora, à frente da revista *Travessias*, entre 1980 e 1993, no PPG-Letras da UFSC. Em seguida, Muzart passa a descrever como

se deu o nascimento da Editora Mulheres², ligada ao projeto de resgate de escritoras brasileiras do século XIX por ela desenvolvido, também no PPG-Letras da UFSC:

A partir dos primeiros resultados do projeto é que surgiu, de repente, a ideia de criar uma editora cuja finalidade seria realizar um projeto de resgate, isto é, reeditar livros de escritoras do passado, fossem elas brasileiras ou não. Assim como as editoras feministas que nos antecederam, também desejávamos tirar da marginalização os livros de mulheres do passado. Dessa forma, em 1995, nasceu a Editora Mulheres, que só começou a funcionar de verdade quando foi preparado, editado e lançado o primeiro livro, o que ocorreu em outubro de 1996 (p.175).

A noção de *campo literário*, desenvolvida com profundidade por Pierre Bourdieu em *As regras da arte* (1996), é mobilizada por Virgínia Maria Vasconcelos Leal em “O feminismo como agente de mudanças no campo literário brasileiro” (p. 83-208). Leal afirma que “o conceito de campo literário pressupõe diversos constituintes da instituição literária, como a autoria, a leitura, as instâncias de legitimação, os canais de produção e distribuição de livros, entre outros” (p. 83). A autora elenca, em sua discussão, o impacto da fundação da editora *Rosa dos Tempos* (em 1990, por Rose Marie Muraro e Ruth Escobar), hoje selo editorial da Record, e da Editora Mulheres (em 1996, por Zahidé Lupinacci Muzart, Elvira Sponholz e Susana Bornéo Funck), a criação do selo *Edições GLS* (em 1998, por Laura Bacellar), pertencente ao grupo Summus Editorial, e do selo *Aletheia* (em 1999, por Danda Prado). Ainda segundo Leal, “o papel das editoras é imprescindível, uma vez que se considera a fiança da produtora do livro e seu prestígio como um dos pilares da literatura como

² Para saber mais sobre o histórico da editora catarinense, bem como para visualizar o seu catálogo de obras publicadas desde 1996, acessar <<http://www.editoramulheres.com.br>>.

instituição” (p. 85). Leal destaca como elementos importantes para a constituição do campo literário além das instâncias de produção (as editoras feministas), as de avaliação judicativa (a crítica literária feminista propriamente dita), afirmando que:

[...] a crítica feminista está no centro de uma proposta de mudança epistemológica [...]. O sujeito feminista reivindica a sua posição específica em uma determinada formação sociopolítica e histórica, recusando-se a uma pretensa neutralidade (p.200).

A análise da interferência do pensamento feminista nas linhas de força do campo literário continua em “Caminhos para um desencontro: gênero e raça em revistas acadêmicas feministas brasileiras” (p.209-236), de Simone Pereira Schmidt e Vania Malta Rossi. Selecionando como recorte o cruzamento das categorias *gênero e raça*, as autoras fazem um levantamento nas revistas *Cadernos Pagu* e *Revista Estudos Feministas* (os dois periódicos mais longevos e consolidados do país na área de estudos de gênero e feminismos), rastreando o impacto da teoria feminista em torno das questões de raça e etnia. De acordo com as autoras,

[...] o impasse teórico que aqui se coloca diz respeito ao debate em torno daquelas categorias que, tais como o gênero e a raça, operam, teórica e politicamente, em constante deslizamento entre a afirmatividade política e a negatividade teórica (p.216).

Como resultado, as autoras identificam sete eixos temáticos recorrentes nos artigos que compõem a sua amostragem: a) sociedade, discriminações e ação política contra o racismo; b) trabalho, classe e mobilidade social; c) corpo, gênero e raça; d) ações afirmativas; e) representações discursivas de gênero e raça: literatura e outros discursos culturais; f) gênero, relações raciais e identidade nacional; e g) educação e questões raciais.

Claudia de Lima Costa, por sua vez, foca sua atenção na questão da tradução cultural como possibilidade de descolonização epistemológica em seu artigo “Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber” (p.237-256). Os pontos apresentados pela autora são explicitados logo no início de sua reflexão, sob a forma de perguntas norteadoras:

Qual a diferença que a América Latina representa nos discursos sobre a diferença colonial? Qual a relação entre pós-colonialismo e feminismo que observamos surgir nos discursos da academia ao norte e ao sul das Américas? Qual o lugar das teorias feministas nos debates sobre o pós-colonialismo latino-americano? Quais as implicações dessas questões com geopolíticas do conhecimento e estratégias de tradução cultural? (p.238).

Nesse caminho, Costa problematiza o alcance da categoria *pós-colonial*, focando na ambiguidade do termo *sujeito pós-colonial* (quem é ele, de onde ele fala e de que maneira seu discurso é legitimado como conhecimento?): “ao centralizar, através do conceito de interseccionalidade, o entrelaçamento de gênero com a raça, a classe e a sexualidade, abrimos um caminho para o projeto feminista de *descolonização do saber*” (p.242). O gesto da crítica literária feminista rumo a uma descolonização dos saberes e do imaginário é também objeto da reflexão do texto de encerramento do volume, “Revisitando a mulher na literatura: horizontes e desafios” (p.257-270), de Rita Terezinha Schmidt. Schmidt faz não apenas um apanhado geral daquilo que foi levantado pelas outras autoras, mas também aponta algumas questões problemáticas com relação aos “horizontes e desafios” enfrentados pela crítica literária feminista e às resistências por ela ainda enfrentadas no cenário acadêmico nacional ou, de acordo com as próprias palavras da autora:

[...] sintetizar, de um lado, o que justifica o crescente otimismo diante dos muitos avanços da área de pesquisa feminista do GT e, de outro, o que constitui certos impasses ou desfiguramentos que geram preocupações em relação ao futuro da crítica literária feminista em termos de seu impacto efetivo no campo epistemológico dos estudos de literatura e da crítica literária (p.258-259).

Schmidt inicia sua reflexão recuperando uma das principais conquistas do GT, a saber, a produtividade em termos de publicações. Como consequência dessa nova massa crítica a fervilhar nos debates acadêmicos, já se pode vislumbrar mudanças concretas, como, por exemplo, “uma intervenção sem precedentes nos currículos e ementas de disciplinas na área de Letras, o que pressupõe uma dimensão de impacto na formação de recursos humanos nos diferentes graus de ensino” (p. 259). A autora acrescenta, entretanto, que não é suficiente contentar-se com mudanças *in muros academia*, uma vez que o verdadeiro compromisso da crítica feminista não é apenas interferir no cânone, mas também interferir na formação dos futuros professores de Letras e, conseqüentemente, interferir no mundo social concreto. Finalizando, Schmidt traz à baila, uma vez mais o compromisso social da crítica feminista, insistindo na já consagrada premissa de que *o pessoal é sempre político* e invocando o compromisso da pesquisa na área de Letras com a educação para a transformação (Alós e Schmidt, 2009:140-145). A afirmação final da autora reitera o comprometimento político fundamental da crítica feminista:

[...] as energias feministas no campo dos estudos literários têm a potencialidade de interferir no discurso crítico, revitalizar o ensino e fecundar uma agenda educativa-pedagógica-política capaz de interromper as continuidades históricas das exclusões, da violência e do preconceito (p.270).

Referências bibliográficas:

ALÓS, A. P. e SCHMIDT, R. T. Margens da poética/poéticas da margem: o comparatismo planetário como prática de resistência. *Organon*, Porto Alegre, UFRGS, vol. 23, n° 47, jul./dez. 2009, pp.129-145. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29514/18199>>. Acesso em: 01 ago 2012.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.